

Relatório Semestral de Investimentos

**2º Semestre
2024**



© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) - Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP). **Relatório de Governança Corporativa.** 1ª Edição. João Pessoa, 2024.

INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) | CNPJ: 40.955.403/0001-09
Rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166. Centro, João Pessoa – PB. CEP: 58013-370
Telefone e Whatsapp: (83) 3222-1005 | www.ipmjp.pb.gov.br

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Superintendente:

Caroline Ferreira Agra

Superintendente Adjunto:

Rodrigo Ismael da Costa Macedo

Chefe da Divisão de Administração e Finanças:

Suzana Sitônio de Eça

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação:

Higor Delgado Leite Benício

Chefe da Divisão de Previdência:

Yuri Veiga Cavalcanti

Chefe da Assessoria de Gabinete do Superintendente:

Victor Assis de Oliveira Targino

Chefe da Assessoria Jurídica:

Carlos Eduardo dos Santos Farias

Chefe da Assessoria de Controle Interno:

Ernesto Fialho Pessoa

Chefe da Assessoria de Comunicação Social:

Francisco Emerson de Lucena Neto

Chefe da Assessoria de Secretaria Pessoal:

Jéssyca Patrícia Paiva Marques Brasileiro

Chefe da Assessoria de Investimentos:

Ayrton Ciraulo Neto

Chefe da Ouvidoria:

Leonardo Neiva de Gouvêa Ribeiro

Chefe da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio:

Isabella Duarte Gouvêa

Chefe da Seção de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

Soraia Dias Monteiro

Chefe da Seção de Administração Geral:

Nathália Palmeira Silva Coutinho

Chefe da Seção Folha de Benefícios:

Karla Janaina Vergara de Sá

Chefe da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação:

Eneas Lyra de Albuquerque

Chefe da Seção Desenvolvimento:

Thiago Henrique Sena de Souza

Chefe da Seção de Compensação Previdenciária:

Ana Paula Barreto Aquino

Chefe da Seção de benefícios:

Milena Medeiros de Alencar Feitosa Coutinho Torres

Chefe da Seção de Gestão de Pessoal:

Camila Pires de Sá Mariz Maia

CONSELHO PREVIDENCIÁRIO

Biênio (2023 – 2024)

Superintendente do IPM/JP – como Membro nato, Presidente do Conselho:

Titular: Caroline Ferreira Agra

Suplente: Rodrigo Ismael da Costa Macedo

Servidor Ativo, indicado pelo Prefeito:

Titular: Camila Pires de Sá Mariz Maia

Suplente: Rodrigo Hallan de Freitas Teixeira

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado pelo Prefeito:

Titular: José Augusto de Araújo Souza

Suplente: Kelma Maria Pereira Dionísio

Representante da Sociedade Civil:

Titular: Aldrovando Grisi Júnior

Suplente: Diego Fernandes Hermínio

Servidor Ativo, indicado por Associação de Classe:

Titular: Benilton Lúcio Lucena da Silva

Suplente: Valdegil Daniel de Assis

Servidor Inativo ou pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: José Jansen

Suplente: Francisco Viana Garcia

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Luiz Carlos Fernandes de Souza

Suplente: Ednaldo José da Silva

Servidor Ativo indicado pelo Presidente da Câmara:

Titular: Marcone Bandeira Alves

Suplente: Rafael Barbosa Damasceno

CONSELHO FISCAL

Biênio (2023-2024)

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito

Titular: Antônio Henrique Gomes dos Santos

Suplente: Karina Leal Ernesto de Amorim

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Joseane Farias de Souza

Suplente: Daniela Araújo Agostinho Fontes

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Milena Medeiros de Alencar Feitosa

Suplente: Érico Heyller Medeiros de Alencar

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Alex Maia Duarte Filho

Suplente: Gustavo Bedê Aguiar

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Fábio Gomes da Silva

Suplente: Francisco Varela B. Júnior

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ayrton Ciraulo Neto - Chefe da Assessoria de Investimentos

Revisão

Joseane Farias de Souza - Analista Previdenciário/Arquivista

1 INTRODUÇÃO

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Foi criado em 1984 e reestruturado em 2005 com a edição da Lei Municipal nº 10.684, que criou um novo plano de benefícios e adotou outras providências no âmbito previdenciário municipal.

Em cumprimento às normas previdenciárias regulamentares, com vistas a regularizar a situação previdenciária do Ente Municipal, foi implementada a segregação das massas aos segurados do RPPS, através da Lei Municipal nº 10.460, de 21 de janeiro de 2013, bem como realizada nova reestruturação organizacional do IPMJP, nos termos da Lei Municipal nº 10.466, de 25 de janeiro de 2013.

Essa segregação de massas criou dois fundos, o Financeiro (FUNFIN), que tem como escopo custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros do município até 31 de dezembro de 2009 e os seus dependentes; e o Previdenciário (FUNPREV), que objetiva custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros municipais a partir de janeiro de 2010, assim como seus dependentes. Ressalta-se que todo o montante revertido para o FUNPREV é capitalizado constituindo uma reserva financeira para o pagamento de futuros benefícios previdenciários.

Quanto às alíquotas das contribuições previdenciárias, foram publicadas em âmbito municipal a Lei Ordinária nº 13.980, de 03 de julho de 2020 e a Medida Provisória nº 03, de 29 de janeiro de 2021, que estabeleceram modificações na contribuição patronal do município e na contribuição social do servidor público municipal. Atualmente, portanto, tem-se uma alíquota patronal de 28% para o grupo pertencente ao FUNFIN e 16,5% para o grupo pertencente ao FUNPREV. Por sua vez, a contribuição social do servidor público municipal ativo e inativo e os respectivos pensionistas, tanto do FUNFIN quanto do FUNPREV é de 14%.

Quanto ao plano de benefícios previdenciários, estão vigentes as normas previstas na Lei Municipal nº 10.684/2005 e suas alterações. Em atenção à Emenda Constitucional nº 103/2019, o IPMJP em conjunto com Executivo Municipal e o Legislativo deliberaram acerca da Reforma da Previdência Municipal que resultou na Emenda à Lei Orgânica nº 32/2021, cuja vigência teve início em 02 de julho de 2021.

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em 2019, o IPMJP tem se empenhado

em garantir a transparência e a prestação de contas da gestão. O Instituto detém o nível III do programa, sendo assim, uma das três capitais do nordeste a receber tal certificação.

Em relação ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), disposto no Decreto nº 3.788/01, foi emitido para esta autarquia em 31 de julho de 2024 com validade até 27 de janeiro de 2025, atestando, assim, o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na Lei nº 9.717/98, pelos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Fundo Municipal de Previdência (FUNPRE) – Setor de Investimentos do IPMJP - foi instituído em 2012 com a finalidade de gerir os recursos do fundo previdenciário de modo a alcançar o equilíbrio atuarial deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e é o responsável pelo assessoramento do Comitê de Investimentos (COI) do Instituto.

O setor conta com a atuação do Gerente de investimentos, bacharel em Direito e Ciências Contábeis, com Certificação Profissional da Secretaria de Previdência - SPREV, nível Básico. Além de servidores qualificados e especializados atuando no setor, o IPMJP conta com o apoio da Assessoria e Consultoria em investimentos de recursos previdenciários da empresa LEMA Economia e Finanças. O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, é formado por 5 servidores sendo eles, Diretor Financeiro, Diretor de Previdência, Chefe da Assessoria de Investimentos e dois Representantes dos Servidores Ativos e Inativos. O COI IPMJP realiza reuniões ordinárias mensais onde deliberam principalmente acerca da otimização da carteira de investimentos e consequente aquisição de ativos para o portfólio do fundo.

Por fim, em virtude dos fatos mencionados, compreendendo a complexidade das informações relacionadas aos RPPS e da importância da transparência pública e da prestação de contas, esse relatório apresenta as informações detalhadas sobre os resultados consolidados da carteira de investimentos do Fundo Previdenciário relativas ao segundo semestre de 2024.

2 RETROSPECTIVA MACROECONÔMICA

O segundo semestre de 2024 fora marcado pela perpetuação do impasse entre governo e mercado quanto a política fiscal. Ao passo que o governo federal anunciou cortes de gastos para minimizar o déficit, na prática enfrentou diversos obstáculos para sua implementação. Ademais, o período foi marcado pela eleição norte-americana, onde o candidato Donald Trump venceu, com suas propostas protecionistas. Com isso, o

mercado se mostrou receoso, culminando numa forte evasão de capital estrangeiro. Em consequência, o real apresentou grande desvalorização frente às principais moedas, a exemplo do Dólar que rompeu a casa dos R\$ 6,00 (seis reais). No intuito de contornar a situação e reaver o capital evadido o tesouro elevou vertiginosamente as taxas ofertadas nos títulos públicos, apresentando patamares não vistos desde a última década, que ainda assim não se apresentaram atrativos para os investidores estrangeiros, tendo em vista o ambiente fiscal incerto.

Quanto ao índice Ibovespa, o segundo semestre consolidou o que seria um ano negativo para o índice, com uma perda total de 10,36% em 2024. Apesar de sinalizar uma breve recuperação ao final do primeiro semestre, o segundo semestre tratou de afastar quaisquer expectativas, tendo em vista a crise fiscal enfrentada pelo governo e a feroz resposta do mercado. Ademais, a inflação que ao início do ano parecia controlada, voltou a dar sinais de crescimento, o que levou o Banco Central a iniciar um novo ciclo de aumento na taxa de juros. As projeções para o novo ciclo apontam elevação da taxa de juros para patamares entre 15% a 16% a.a. em reuniões sucessivas que possivelmente se estenderão até o final do primeiro semestre de 2025, ou até ao final do referido exercício.

Quanto ao cenário internacional, os principais índices de bolsa norte-americanos permaneceram a auferir boas rentabilidades, após o impressionante primeiro semestre, muito por conta do peso que as gigantes de tecnologia exercem sobre os índices. Em conformidade com o primeiro semestre, o central americano (Federal Reserve) permaneceu não deixando claro quando iniciaria o corte de juros, dado que a inflação não encontra-se devidamente controlada, bem como a atividade econômica e geração de emprego continuam aquecidos.

3 RENTABILIDADE DO SEGUNDO SEMESTRE 2024

3.1 Estratégias adotadas no primeiro semestre

No segundo semestre de 2024 a estratégia do IPMJP consistiu, majoritariamente, em incrementar sua posição em NTN-B e Letras Financeiras com recursos advindos de contribuições previdenciárias e pagamento de cupons de outras NTN-B, haja vista a oportunidade atrativa sinalizada pelas taxas do Tesouro Nacional em decorrência dos

fatores acima narrados. Em consequência, as taxas ofertadas de Letra Financeira também tiveram uma crescente vertiginosa, o que ocasionou a movimentação do comitê para aquisição de ativos desta natureza. Não apenas o contexto do mercado, mas também o estudo ALM 2024 sinalizavam para um incremento na carteira de Ativos Bancários. Desta forma, unindo oportunidade e conveniência o comitê optou pela aquisição de tais ativos.

Informamos que as atas detalhadas das reuniões do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do município de João Pessoa podem ser acessadas pelo link: https://www.ipmjp.pb.gov.br/site/governanca/comite_de_investimentos

3.2 Composição atual da carteira

Enquadramento dos investimentos em junho de 2024

Enquadramento	Percentual	Valor
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	21,97%	R\$ 140.058.066,94
Artigo 8º, Inciso I,	10,95%	R\$ 69.812.188,89
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	4,79%	R\$ 30.548.408,97
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " a "	46,74%	R\$ 297.978.059,74
Artigo 9º - A, Inciso II	4,22%	R\$ 26.886.013,91
Artigo 10º, Inciso I	0,97%	R\$ 6.205.756,42
Artigo 7º, Inciso IV	9,60%	R\$ 61.174.517,20
Artigo 9º - A, Inciso III	0,63%	R\$ 4.043.403,34
Artigo 10º, Inciso II	0,13%	R\$ 829.700,05
Total	100%	R\$ 637.536.115,46

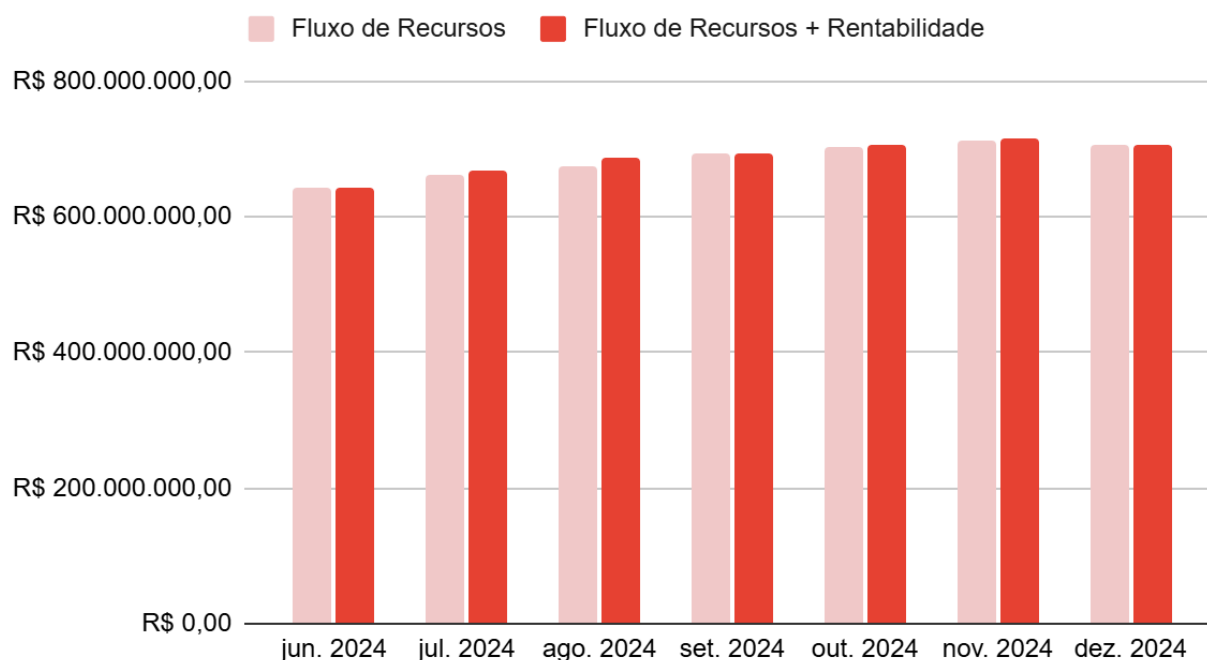
Enquadramento dos investimentos em dezembro de 2024

Enquadramento	Percentual	Valor
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	18,71%	R\$ 132.099.817,90
Artigo 8º, Inciso I,	10,79%	R\$ 76.197.515,86
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	5,63%	R\$ 39.774.281,49
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " a "	53,09%	R\$ 374.780.441,00
Artigo 9º - A, Inciso II	0,40%	R\$ 2.841.968,45
Artigo 10º, Inciso I	0,92%	R\$ 6.460.421,67
Artigo 7º, Inciso IV	10,22%	R\$ 72.172.234,53
Artigo 9º - A, Inciso III	0,11%	R\$ 767.493,94
Artigo 10º, Inciso II	0,12%	R\$ 829.995,04
Total	100%	R\$ 705.924.169,88

3.3 Fluxo de caixa dos investimentos e evolução do Patrimônio Líquido

No que versa o fluxo dos investimentos do segundo semestre, considerando rentabilidade consolidada e os aportes mensais dos repasses previdenciários, pode-se observar no gráfico abaixo um crescimento de 9,82% da carteira, correspondendo a um aumento de R\$63.202.725,18 entre julho e dezembro.

Evolução Patrimônio Líquido



3.5 Atribuição de Resultado

Os resultados do 2º semestre de 2024 foram estáveis. A carteira do fundo previdenciário não apresentou queda expressiva frente a desvalorização do ibovespa, por ter majoritariamente em sua composição ativos de renda fixa . Esse cenário conturbado na bolsa pode ser interpretado como risco fiscal no cenário brasileiro, que ocasionou evasão de capital estrangeiro, e taxas de renda fixa mais elevadas. Entretanto, quando o índice recuperou-se , a carteira acompanhou, mas com menor correlação. Isto é positivo, levando em consideração que o objetivo da carteira é preservação de capital juntamente a valorização sem exposição a grandes riscos.

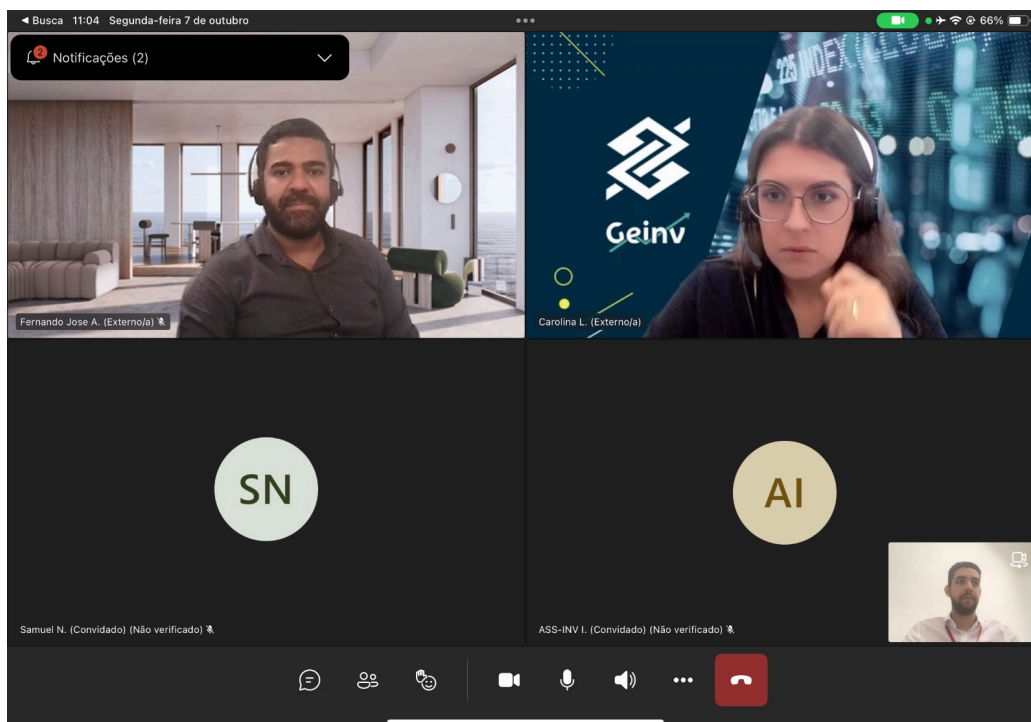
Em termos nominais, ao passo que a rentabilidade do IBOV no semestre foi de -3,56%, a carteira consolidada do instituto foi de 3,17%. Muito se deve à já mencionada exposição majoritária a ativos de renda fixa. Quanto ao cenário de fundos de investimento em renda fixa, contribuiu para o não atingimento de meta dada sua participação robusta na carteira, e rentabilidade irrisória, em 2024, considerando que esse tipo de fundo sofre com a marcação a mercado. A tendência é que a recuperação desses fundos esteja diretamente relacionada ao andamento da resolução da crise fiscal e da recuperação do

real frente ao câmbio. Uma vez que o mercado internacional se mostra mais resiliente e atrativo, a fuga do capital estrangeiro impacta diretamente a rentabilidade de tais produtos. Dentre os destaques positivos, vale mencionar a rentabilidade robusta auferida pelos títulos públicos e privados adquiridos durante o exercício, bem como aqueles que já incorporam a carteira. Cumpre também salientar o resultado dos fundos de renda variável no exterior que não apenas apresentaram forte rentabilidade mas também serviram de contrapeso para as perdas consolidadas do cenário doméstico, corroborando, portanto, com a tese de distribuição por segmentos, não apenas para minimizar riscos mas também para promover um crescimento mais uniforme, sempre em consonância com a política de investimentos e estudo ALM em exercício.

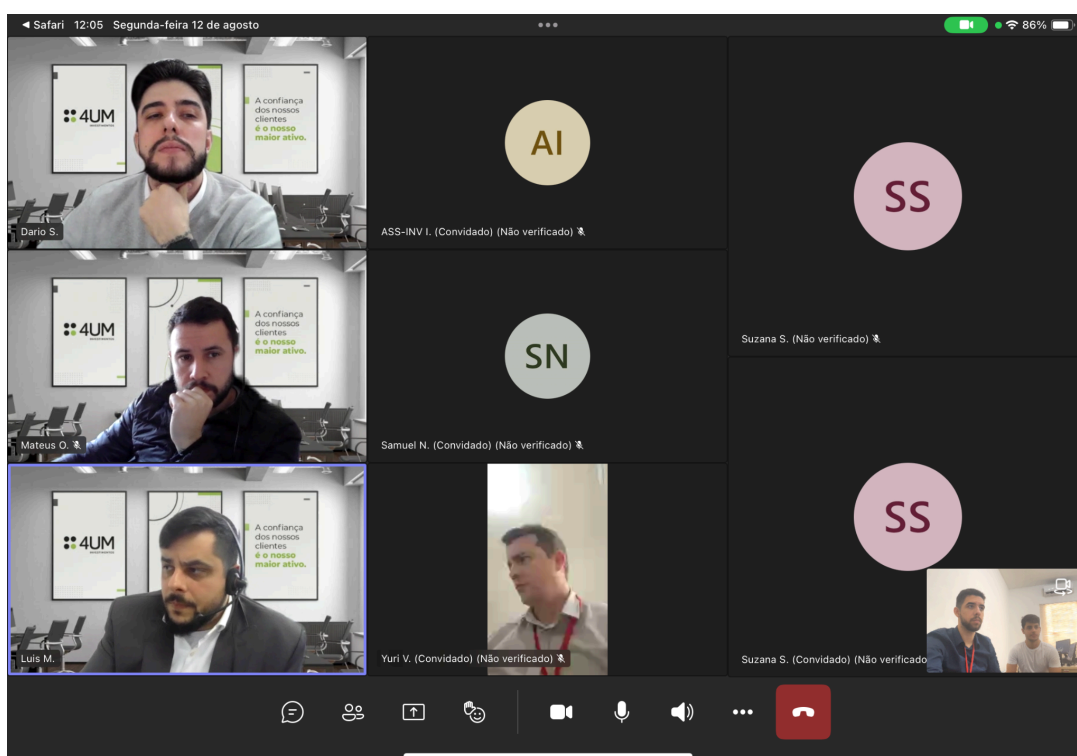
4 ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

No que se refere ao acompanhamento, cumpre informar que a Assessoria de Investimentos realiza periodicamente reuniões com as instituições financeiras, no sentido de analisar relatórios analíticos de rentabilidade, análise de novos produtos ofertados bem como estudo de carteira e estratégias para alocação dos recursos.

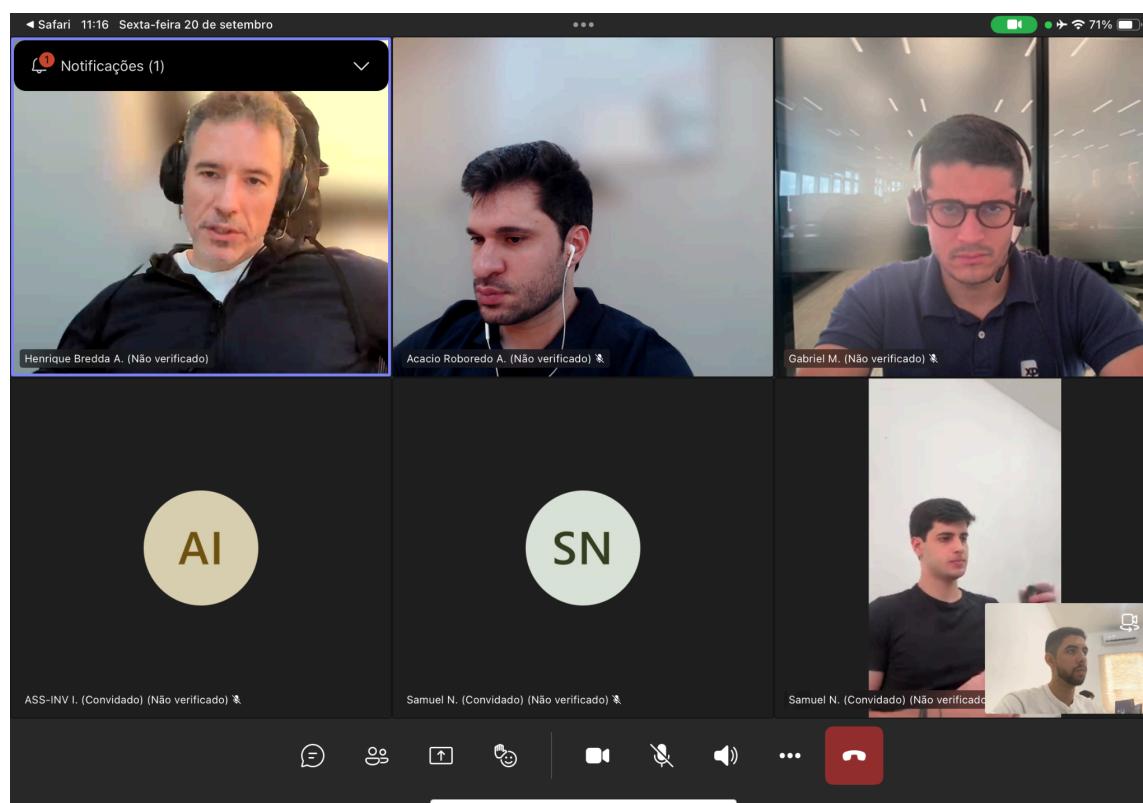
(Imagem 1 - Banco do Brasil)



(Imagem 3 - 4UM Investimentos)



(Imagem 4 - XP Investimentos/Alaska Asset Management)



5 PERSPECTIVAS PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

Para o 1º semestre de 2025, as perspectivas são estáveis considerando em primeiro plano a exposição majoritariamente conservadora da carteira. Em segundo, para o cenário internacional, fica a expectativa para um cenário de crescimento moderado. Observa-se uma divergência entre as principais economias, com EUA, Europa e China apresentando ritmos distintos. A inflação global deve continuar em trajetória de desaceleração, influenciando as políticas monetárias dos bancos centrais. Países em desenvolvimento, embora impulsionem parte do crescimento global, enfrentam desafios maiores. Espera-se um crescimento impulsionado principalmente pelo setor de serviços e consumo privado. Fatores de risco devem ser considerados como tensões e conflitos

regionais, volatilidade nos mercados financeiros e os efeitos persistentes da pandemia. A política monetária deve se manter relativamente acomodativa, com possíveis cortes de juros.

Em outro painel, a discussão sobre meta fiscal, orçamento de 2025, poderá causar uma turbulência econômica, o que pode trazer volatilidade aos investimentos de risco. Além disso, os analistas projetam a taxa básica de juros próxima dos 15% em 2025, visto que a inflação continua a subir mesmo com a SELIC a 12,25%. Essa discussão foi foco ainda no primeiro semestre, onde governo e banco central tiveram atritos quanto ao patamar de juros. Visando esse cenário macroeconômico mais cauteloso e incerto, o COI, possui preferência em adquirir títulos públicos que pagam cupons semestrais, por garantirem maior segurança e estarem, atualmente, assegurando retornos muito acima da meta atuarial a ser cumprida este ano de 2024. Em segundo plano, as letras financeiras também estão no radar deste comitê dada as robustas taxas ofertadas, considerando as instituições de alta regulação prudencial e “ratings” permitidas ao certame, bem como também observando o que aponta o estudo ALM para o exercício de 2024 que sugere um incremento à exposição nesta classe de ativos.